

MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL: ANÁLISE DE SUAS ESPECIFICIDADES

Márcia A. G. MOLINA¹

Docente do Curso Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – UFMA

Mary Chrystinne Moreira FERREIRA²

Graduanda em Engenharia Civil/UFMA

RESUMO

Este artigo apresenta a análise dos manuais de fiscalização de engenharia civil, delimitados por região brasileira, para identificar suas especificidades e assim melhor compreender o universo dos profissionais que atuam na fiscalização de obras e serviços. Esta análise mostra-se importante, em virtude do caráter instrucional dos manuais direcionado ao âmbito da construção civil. Os pressupostos de Bakhtin (2003) relacionados à definição de gênero do discurso, associados à metodologia de análise de conteúdo apresentada por Bardin (1977), servem de ancoramento para a análise dos manuais. Ao final da análise, constatou-se que os manuais, de fato, são representativos do gênero secundário de discurso e do gênero instrucional, apresentando organização estrutural regular, apesar de suas peculiaridades.

Palavras-chave: Manual de Fiscalização. Especificidade. Engenharia civil.

Introdução

Um manual é um instrumento/publicação que possibilita ao utilizador, destinatário, o acesso a informações substanciais sobre diversos tipos de objetos ou serviços, desde como se utilizar um celular ou uma máquina de lavar – ou seja, como manusear equipamentos de pequeno, médio e grande porte – ou pode fornecer orientações de como se portar em um determinado lugar ou profissão – normas, etiqueta, direitos e deveres. No Dicionário Aurélio (2001, p. 445), consta que é um “livro que traz noções essenciais sobre uma matéria”. Portanto, o manual nada mais é

¹ Endereço eletrônico: maguemol@yahoo.com.br

² Endereço eletrônico: marcia.molina@ufma.br

que um guia para quem o utiliza. Muitas vezes, o instrumento é enriquecido com imagens/ilustrações, diagramas e esquemas para facilitar sua compreensão.

Os autores dos manuais, geralmente, optam pelo uso de uma linguagem injuntiva clara e simplificada sem que fuja à adequada ao tipo de receptor. Para Rosa (2003), esta linguagem pode apresentar caráter de ordem, de instruir procedimentos ou normatizar condutas.

Nesse sentido, é vasto o território de possibilidades de manuais e destinatários, mas sua organização tende a apresentar uma regularidade. Os manuais instrucionais-programadores como os de aparelhos eletroeletrônicos, por exemplo, organizam-se por itens, ou passos geralmente curtos e com poucos números. Sistematizam-se da seguinte maneira:

Objetivo;
Área de aplicação;
Justificativa para as instruções;
Instruções.

Já os manuais reguladores-prescritivos apresentam, normalmente, a seguinte organização:

Objetivo;
Tema/Assunto;
Padronização do objeto da norma;
Procedimentos detalhados sobre o objeto da norma.

É sabido que a engenharia civil brasileira ganhou relevância para a sociedade, podendo ser comparada à mundial. Dois dos fatores que a levaram a isso foram sua credibilidade e normatização de conduta. O Sistema Confea³/CREA⁴ e as Câmaras Especializadas de Engenharia Civil julgaram importante, para solidificar esse reconhecimento, a elaboração de manuais para esse normatizar. Esses foram confeccionados com base nos parâmetros legislativos vigentes e como auxílio para o exercício da fiscalização do Conselho, no que diz respeito à qualidade e desempenho

³ Confea - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

⁴ Crea - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

dos profissionais, obras e serviços, com o intuito de **orientar** e/ou **padronizar** condutas para fornecer maior segurança na atuação dos agentes fiscalizadores daquele Sistema, tornando-a uniforme, eficiente e eficaz.

Dada a importância desse material para o profissional da área, este trabalho tem como objetivo relatar e discutir o resultado dos dados coletados na primeira fase do estudo⁵ – apresentados na redação do Trabalho de Contextualização e Integração Curricular I –, para melhor compreender os manuais, tendo em vista que esses farão parte de nosso cotidiano profissional, uma vez que normatizam a fiscalização do engenheiro civil.

A escolha dos manuais advém de uma pesquisa realizada na *web*, onde foram encontrados 11 que se encaixavam no perfil do estudo, ou seja, manuais referentes à fiscalização no âmbito da construção civil.

Desse *corpus*, foram delimitados seis de modo a haver um representante para cada região do país, além do manual Federal como material base para o estudo, a saber:

Tabela 1 - Representantes por região.

REGIÃO	REPRESENTANTE
Norte	Rondônia
Nordeste	Paraíba
Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul
Sudeste	Rio de Janeiro
Sul	Paraná

FONTE: Dos autores.

Apesar de o manual-base ter validade nacional, algumas subdivisões políticas do país resolveram adotar materiais específicos às normas específicas vigentes no estado.

A escolha do representante estadual de cada região nacional, dentre os estados que não adotam o regimento nacional submetido pelo Sistema CONFEA, foi feita de forma aleatória.

⁵ FERREIRA, Mary C. M. *Manual de fiscalização de engenharia civil: Relatório análise de suas especificidades*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2015.

Esses manuais foram analisados à luz de Bakhtin (2003) com relação a gênero, seguindo os procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1997), segundo três fases:

Pré-análise – consiste em toda etapa inicial, de leitura de materiais, escolha de documentos, preparação de ferramentas necessárias, referenciação dos índices e elaboração de indicadores;

Exploração do material – fragmentação fundamentada a partir dos dados obtidos até então;

Tratamento dos resultados⁶ – inferência e interpretação, ou seja, estudo dos resultados finais na pesquisa.

A última fase da Análise de Conteúdo é o foco deste artigo, tendo em vista que as duas primeiras foram realizadas em um trabalho anterior. Na terceira fase, há a inferência e a interpretação dos resultados finais da pesquisa.

Dada a especificidade do trabalho, que se caracteriza pela interdisciplinaridade, citamos Fazenda (2002), para quem

uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, colocando-os em questão. [...] A interdisciplinaridade pauta-se numa ação em movimento. Pode-se perceber esse movimento em sua natureza ambígua, tendo como pressuposto a metamorfose, a incerteza. (FAZENDA, 2002, p. 180)

E ainda uma

atitude de busca de alternativas para *conhecer mais e melhor*; atitude de *espera* perante atos não-consumados; atitude de *reciprocidade* que impele à troca, ao *diálogo* com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo; atitude de *humildade* diante da limitação do próprio saber; atitude de *perplexidade* ante a possibilidade de desvendar novos saberes. (FAZENDA, 1991, p. 14, grifos das autoras)

⁶ As duas primeiras fases foram apresentadas no relatório do Trabalho de Contextualização Integração de Curso I. Informa-se que, neste trabalho, aborda-se a fase do **Tratamento dos resultados (c)**.

Para que se perceba este olhar interdisciplinar, os manuais de fiscalização foram analisados sob a perspectiva de gênero.

Noção de gênero

A preocupação com o estudo dos gêneros textuais, como pressupunha Marcuschi (2008 citado por BORGES, 2012)⁷, não é de hoje e já tem pelo menos vinte e cinco séculos, se considerarmos que foram avaliados, sistematicamente, por Platão.

Durante este tempo, os gêneros receberam variadas definições. Estas foram modificando-se desde a Antiguidade clássica, passando pela Idade Média, século XVIII, até terem um salto significativo, no século XIX, graças às novas perspectivas provenientes do surgimento da Linguística, ciência da Linguagem.

Essas perspectivas não cessaram no século XX e início do século XXI, devido ao desenvolvimento de diversas outras definições para gêneros textuais:

- a) sócio-histórica e dialógica (Bakhtin);
 - b) sociorretórica e sócio-histórica cultural (Carolyn Miller, John Swales, Charles Bazerman, Amy Devitt);
 - c) interacionista e sociodiscursiva de caráter psicolinguístico e atenção didática voltada para a língua materna (Bernard Schneuwly, Joaquim Dolz e Jean Paul Bronckart);
 - d) comunicativa (Steger, Güllich, Bergmann, Berkenkotter);
 - e) sistêmico-funcional (Halliday);
 - f) sociorretórica de caráter etnográfico voltada ao ensino de segunda língua (Swales, Bhatia);
 - g) análise crítica (N. Fairclough, G. Kress).
- (BORGES, 2012, p. 122)

A língua se mostra importante devido à sua utilização ser indispensável no cotidiano de “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam” (BAKHTIN, 2003, p. 279). Por isso, o caráter e os modos que a língua apresenta são de grande variabilidade.

Para Maingueneau (1997, p. 34), “os enunciados dependentes da AD se apresentam, com efeito, não apenas como fragmentos de língua natural desta ou daquela

⁷ MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 296.

formação discursiva, *mas também como amostras de um certo gênero de discurso*”. (grifos do autor)⁸

Considera-se que os discursos são constituídos com o intuito de que algo confira significado a alguém e sem que seja esquecido o fato dos gêneros convergirem-se com frequência. Ao observar este fato, Maingueneau (1997, p. 35) pôde perceber que “se há gênero a partir do momento que vários textos se submetem a um conjunto de coerções comuns e que os gêneros variam segundo os lugares e as épocas, compreender-se-á facilmente que a lista dos gêneros seja, por definição, indeterminada”.

Afirma ainda que um gênero de discurso, tendo em vista que se trata de ato de fala elementar, implica condições de diferentes ordens:

Comunicacional:

A cada gênero associam-se momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado. O gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espaço de sua legitimação. Estas não são “circunstâncias” exteriores, mas os pressupostos que o tornam possível. (MAINGUENEAU, 1997, p. 36)

Estatutário:

O gênero funciona como o terceiro elemento que garante a cada um a legitimidade do lugar que ocupa no processo enunciativo, o reconhecimento do conjunto das condições de exercício implicitamente relacionados a um gênero. (MAINGUENEAU, p. 36)

Alguns estudiosos americanos desenvolveram estudos sobre os gêneros com uma perspectiva que se diferencia em alguns pontos da realizada por Bakhtin (2003), tendo uma visão sociorretórica e sócio-histórico-cultural, enquanto a de Bakhtin (2003) fora sócio-histórica e dialógica.

Os estudiosos que se sobressaíram nessa corrente de pensamento foram Carolyn Miller, Charles Bazerman e Amy Devitt, com maior destaque para Miller, que é a precursora dessa teoria, com artigo sobre o assunto publicado em 1984.

Os gêneros, vistos pela perspectiva dos estudiosos americanos, é uma ação social ou uma categoria de reconhecimento social (MILLER; BAZERMAN, 2011) e ainda “centrada nos conceitos de atividade, fatos sociais e tipificação, essa teoria desenvolve o

⁸ AD é a abreviação de Análise do Discurso.

conceito de gêneros como formas de vida” (BAZERMAN, 2006 citado por BORGES, 2012).

Para Miller (2011), não há distinção entre gênero e gênero textual. Em sua teoria, a concentração está voltada para a produção da ação e para quem a executa, sem deixar de voltar o olhar para a recepção. Tanto a produção quanto a recepção são importantes para pensar o gênero como uma ação. Mais precisamente, o gênero é uma ação retórica tipificada baseada numa situação retórica recorrente. (MILLER, 2011).

Bazerman (2011) aceita a definição exposta por Miller (2011) e acrescenta enfatizando algumas características da definição que considera importante, tais como o fato de a identificação do gênero não ser feita através do artefato em si, mas sim na percepção que o produtor e receptor da ação têm do que se passa na própria ação. Por poder ser percebido ao longo do tempo, graças a sua distribuição social, o gênero tem um caráter histórico e de reconhecimento psicossocial.

Bazerman (2011) atesta que os gêneros são coleções percebidas de enunciados; os enunciados são delimitados, têm começo e fim, ocupam lugar definido no tempo e no espaço e são percebidos como portadores de algum sentido. Para Bakhtin (2003), a língua é efetuada através de enunciados concretos e únicos e são originados e transmitidos entre as diversas esferas da atividade humana. O **conteúdo temático**, o **estilo** e a **construção composicional** do enunciado formam o todo do enunciado. Os chamados gêneros do discurso são os “tipos relativamente estáveis de enunciados”.

Tendo em vista que as atividades humanas são muitas e estão em constante mutação e por isso as esferas de cada uma dessas atividades possuem um acervo de gêneros de discurso que se moldam a cada mudança, é esperado que sejam infinitas a riqueza e a variedade de gêneros, de acordo com Bakhtin (2003). Os gêneros “são instrumentos maleáveis e dinâmicos da ação comunicativa humana”, como afirma Borges (2011, p. 123).

Bakhtin (2003), diante dessa variedade de gêneros, propôs que estes apresentavam uma distinção entre si e, para diferenciá-los, denominou de gênero primário os que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea e de gêneros secundários os que absorvem e transformam todas as espécies de gêneros primários de seu estado simples para um mais complexo.

A importância dessa distinção se mostra quando se pretende determinar qual é o tipo de enunciado mais adequado à “especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc” (BAKHTIN, 2003, p. 302), sendo necessário conhecer a natureza do enunciado e só é possível obtê-la a partir da análise dos gêneros primários e dos secundários. A conformidade dos enunciados de cada esfera gera um tipo diferente de gênero discursivo, que responde a um estilo, a uma construção composicional e a um conteúdo temático próprios desta esfera.

Segundo Bakhtin (2003), a comunicação verbal entre os sujeitos falantes do discurso depende da existência dos gêneros discursivos e do domínio que temos sobre estes gêneros; caso contrário, a comunicação não seria uma tarefa fácil ou pior, seria quase impossível, uma vez que o enunciado, como unidade real, é alternado pela ação dos sujeitos falantes, o que delimita clara e estritamente suas fronteiras, independentes do seu volume, conteúdo ou composição.

De acordo com Bakhtin (2003), a intenção primordial da elaboração do enunciado é em função de uma possível reação-resposta proveniente do destinatário, ao qual o enunciado é dirigido. Este destinatário pode se apresentar das mais variadas formas presentes nas diversas esferas que constituem a atividade e a comunicação humana. Estas, por sua vez, determinam as formas e concepções do destinatário em relação ao enunciado.

Dentre os diversos gêneros em que se realiza a língua, neste artigo, dada sua especificidade, tratamos do gênero Instrucional.

Características do gênero instrucional

Os textos pertencentes ao gênero instrucional obedecem/necessitam de uma relação discursiva em que, segundo Dolz e Scheuwly (2010), há a presença de duas figuras para que haja a diretriz **comando-execução**. Os comandos detidos e deliberados/instruídos pelo **enunciador** são direcionados à segunda figura presente no discurso, o **enunciatário**. Dessa forma, “os gêneros instrucionais são construídos sob uma assimetria discursiva entre o enunciador (aquele que dita o *modus operandi* de um

saber) e o enunciatário (o que deve cumprir os procedimentos determinados)” (SANTOS; FABIANI, 2012, p. 66, grifos das autoras).

Nos textos instrucionais, a sequência textual predominante é a injuntiva (MARCUSHI, 2002). Para Santos e Fabiani (2012), a sequência injuntiva é um traço do estilo desse tipo de gênero. Segundo Rosa (2003), os textos injuntivos possuem características de **conselho, ordem, apelação, instrução e ensino** se considerado que seu objetivo é o desenvolvimento de uma determinada atividade.

Os textos injuntivos são construídos com períodos simples e curtos, visando à clareza do que é orientado. Apresentam, normalmente, verbos no **imperativo**, na **forma infinitiva** e no **futuro do presente**. Travaglia (1991) relaciona a injunção a comportamentos futuros, pois a execução das instruções apresentadas no discurso, por parte do interlocutor, depende de uma provável ação em um momento posterior ao da enunciação.

Conforme Rosa (2003), segundo a função sociocomunicativa, os textos injuntivos podem ser classificados em: instrucionais-programadores – instrui um modo de fazer (manuais de um modo geral); texto de conselho – sugere um fazer (horóscopo); e regulador-prescritivo – obriga ou regula um fazer (leis, regras de jogo).

Rosa (2003) e Travaglia (2007) defendem que textos injuntivos apresentam uma sequencialidade estrutural. Na primeira etapa, é determinado o objetivo/ação a qual o discurso se propõe. A segunda expõe os comandos a serem executados para que seja possível alcançar o objetivo determinado anteriormente. Na fase seguinte, justifica-se o comando-execução das fases antecedentes. Os manuais sob análise são textos injuntivos com o objetivo de instruir e normatizar condutas, como apresentado na próxima seção.

Exploração/análise dos manuais

Como já tratado, o material foi avaliado segundo Bakhtin (2003), analisando-se sua *construção composicional, conteúdo e estilo*, de acordo com os dados obtidos em trabalho anterior.

Constituição composicional

Em relação à constituição composicional dos manuais, foi possível perceber que há diferenças estruturais entre eles⁹, visto que apresentam quantidades variadas de tópicos e subtópicos e a presença ou não de anexos.

O manual composto pela maior quantidade de tópicos é o do Paraná, com 49, cada um deles corresponde a um determinado tipo de obra, como por exemplo, Acessibilidade, Aerofotogrametria, Barragem. Seguem, em ordem decrescente de quantidade de tópicos, os manuais de Rondônia (21), do Mato Grosso do Sul (18), Rio de Janeiro (12) e da Paraíba e o Federal, ambos com 10 tópicos.

O manual Federal e os de Rondônia, Paraíba e Rio de Janeiro apresentam subtópicos, diferentemente do manual do Paraná. Nos manuais Federal, de Rondônia e do Rio de Janeiro, por exemplo, há associação entre o tópico intitulado “Perfil das Modalidades vinculadas ao Sistema CONFEA/CREA” e o subtópico “Modalidade Civil” e no da Paraíba há o subtópico “4.1 DA ANÁLISE PRÉVIA DO PROJETO BÁSICO” associado a “4 MACRO PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO”.

Entendemos que a densidade em relação ao número de itens do manual do Paraná pode auxiliar o futuro profissional, que terá com detalhe o que deverá ser feito em cada tipo de obra.

Apenas três dentre os manuais analisados possuem anexos como auxílio na compreensão, são eles: o Federal, da Paraíba e do Rio de Janeiro. Esses anexos trazem, por exemplo, “Glossário de Termos Técnicos e Administrativos”, necessários para o entendimento de trechos do manual (Federal); “Planejamento” fluxograma que o agente deve seguir para o ato de fiscalizar (Paraíba); “Inter-Relação entre Serviços de Engenharia x Procedimentos de Fiscalização”, servindo como âncora para o profissional que realiza a fiscalização (Rio de Janeiro).

Os manuais de Rondônia, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul seguem uma estrutura bastante semelhante a do Federal, possuindo itens similares ou muitas vezes iguais, o que nos autoriza deduzir que foram baseados nesse último. Os demais, do Paraná e da Paraíba, foram organizados de forma distinta, ou seja, sem correspondência ao Federal, o que nos leva a supor que houve uma preocupação por parte de seus idealizadores de compô-los de uma maneira que melhor se adequasse às suas regiões.

⁹ Tabelas apresentadas no Trabalho de Contextualização Integração de Curso I constam do anexo 1.

Como no caso do manual do Paraná, por exemplo, que contém apenas um roteiro de fiscalização para cada tipo de obra da modalidade civil:

Descrição;
Exemplos de onde fiscalizar;
Atividades técnicas pertinentes;
Parâmetros para a fiscalização;
Documentação comprobatória;
Exigência de ART;
Profissionais habilitados;
Identificação de irregularidades;
Legislação pertinente;
Observações e cuidados;
Fotografias.

O manual do Mato Grosso do Sul não apresenta elementos estruturais como sumário, apresentação, paginação, referências, entre outros. Vale salientar, também, que houve falha na citação de anexos inexistentes no *corpus* do manual. O mesmo foi percebido no manual da Paraíba, que referencia anexos (11 ao 62) inexistentes em seu *corpus*.

O manual do Mato Grosso do Sul não possui tópicos bem definidos no sentido de separação entre esses e seus respectivos subtópicos se compararmos com o Federal, que deduzimos ser sua referência. Foi observado também que esse manual parece uma cópia do Federal, porém sem a mesma preocupação quanto à disposição como a numeração dos itens e subitens e a inexistência dos elementos já citados.

Conteúdo

Antes de começarmos a tratar desse assunto, vale lembrar que os seis manuais escolhidos foram processados por meio do programa de abordagem lexical, Natural Language ToolKit (NLTK).

Para que não houvesse erros na leitura do *corpus* do texto, precisaram passar por um tratamento especial em que foram retiradas todas as pontuações e acentuações. Em seguida, através de um comando específico, um por vez eram abertos e, em conjunto com outros comandos, analisados, apontando os resultados solicitados, tais como termos recorrentes, porcentagens de termos e riqueza lexical.

A partir disso, selecionamos as palavras de maior relevância para o estudo¹⁰ e as organizamos em dois campos semânticos¹¹: um referente à profissão e o outro referente à fiscalização. Nas tabelas presentes no Anexo 2, apresenta-se a disposição das palavras, de cada manual, nos campos semânticos supracitados.

Pudemos constatar, considerando os grupos semânticos tabelados, que os manuais que possuem maior incidência de termos relacionados à profissão são o Federal, de Rondônia e o do Mato Grosso do Sul, com 12 termos¹² cada, incluindo cinco palavras recorrentes em ambos: atividade(s), CREA, profissional(is), serviço(s) e engenharia. Portanto, esses chamam mais a atenção dos seus leitores, apontando para a atividade que devem realizar.

O do Paraná é o que menos incide, contabilizando apenas 9 termos¹³, mas quatro destes são recorrentes nos manuais supracitados, são eles: CREA, engenharia, atividade(s), profissional(is).

Os manuais em que ocorre maior incidência de termos relacionados à fiscalização são o Federal e o do Mato Grosso do Sul, que apresentam 9 ocorrências¹⁴, sendo apenas uma das palavras recorrente: CREA. Os manuais do Rio de Janeiro e do Paraná apresentam menor ocorrência de termos relacionados à fiscalização, com apenas 4 palavras: CREA, obra, Confea e PFO.

O NLTK computou a riqueza lexical dos manuais a partir da razão entre a quantidade de palavras repetidas/diferentes e o total de itens que cada manual contém. A

¹⁰ Como foi observado um manual de engenharia, buscaram-se termos relevantes para a especificidade do material e da profissão.

¹¹ Segundo Lopes (1980), campo semântico é um conjunto linguístico onde parte do léxico de uma língua é organizado de forma coerente e interna e seus sentidos “abarcam todo o campo da realidade, ao qual se ajustam como peças de um quebra-cabeças, sem deixar vazios” (GUIRARD, 1967 citado por LOPES, 1980, p. 242), que são externamente delimitados por outros campos semânticos.

¹² Cf. Anexo 2 (folha 01/03 e 02/03).

¹³ Cf. Anexo 2 (folha 03/03).

¹⁴ Cf. Anexo 2 (folha 01/03 e 02/03).

riqueza lexical revela o quanto um texto pode ser rico e variado em seu vocabulário ou o quanto pode ser repetitivo.

Segundo os valores das riquezas lexicais que o NLTK forneceu, podemos afirmar que o manual que ostenta maior variabilidade em seu vocabulário é o do Mato Grosso do Sul, em contrapartida o de Rondônia é o menos rico em variabilidade¹⁵. A riqueza mostra o quanto esse instrumento pode ser útil a quem dele fizer uso, ou seja, quanto mais rico, mais claro ao usuário.

Além disso, os manuais podem ser enriquecidos com imagens/ilustrações, diagramas, esquemas, entre outros, para facilitar a compreensão do texto, ajudando o agente que procederá à fiscalização. Dentre os estudados, os que utilizam do artifício de imagens/ilustrações são o do Rio de Janeiro e Paraná. Já os que usam anexos, seja de tabelas ou de fluxogramas, são o Federal, da Paraíba e do Rio de Janeiro.

Há casos em que as tabelas e fluxogramas, por exemplo, são expostos no *corpus* do texto propriamente dito e não como anexo. É o caso do manual de Rondônia que utiliza tabelas, mas não possui anexo. Julgamos ser esta uma estratégia facilitadora para quem faz uso do manual.

Há outros momentos em que se faz uso dos três artifícios, como no manual do Rio de Janeiro, por exemplo, em que há tabela, fluxograma e anexos, instaurando bastante clareza a quem for fazer uso dele.

Estilo

Para Mattoso Câmara Jr. (1977, p. 13), estilo é “a definição de uma personalidade em termos linguísticos” que no caso dos manuais estudados tem a função apelativa centrada no enunciatário e o enunciador pode usar recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais, semânticos.

Este trabalho segue avaliando questões sintáticas e morfológicas¹⁶.

¹⁵ Cf. Anexo 3.

¹⁶ A questão fonética não foi analisada, pois não se trata de texto poético e as semânticas já foram analisadas no item anterior.

Quanto à questão sintática, foi observado que os manuais apresentam uma mescla de períodos simples e compostos, dado que por serem textos injuntivos há a tendência do uso de vários verbos no infinito como em:

“ad) **Verificar** e **aprovar** os desenhos “como construído” elaborados pela contratada, registrando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os serviços e obras efetivamente executados.” (Paraíba);

“h) **Esclarecer** e **orientar** os profissionais, empresas e pessoas que estão sendo fiscalizados, sobre a legislação vigente e a forma de regularização da situação; i) **Fiscalizar** obra/serviço onde tenha havido qualquer tipo de sinistro/acidente emitindo o Relatório de Visita circunstanciado com o maior número de informações possíveis, conforme instrução de serviços do Crea;” (Rio de Janeiro);

“**identificar-se**, sempre, como agente de fiscalização do CREA, exibindo sua carteira funcional;” (Federal, Mato Grosso de Sul e Rondônia);

“– **Possibilitar** o alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. – **Garantir** o acesso universal a todas as Pessoas com Deficiência – PcD e com mobilidade reduzida.” (Paraná).

Além disso, predominam os verbos transitivos diretos: verificar, aprovar, comunicar, solicitar, esclarecer, fiscalizar, rejeitar, apresentar, entre outros, mostrando a que servem esses manuais.

Em relação à questão morfológica, há predomínio de verbos e substantivos: atividade(s), profissional(is), empresa, fiscalização, verificação, engenharia, constatar, elaborar, fiscalizar, verificar, analisar, aprovar, esclarecer, obter, entre outros.

Reforçamos que os manuais constituem, de acordo com Bakhtin (2003), um gênero secundário, dada sua complexidade. Além de serem classificados por Rosa (2003) como gênero regulador-prescritivo, ou seja, tem a função de orientar o leitor, obrigando-o ou regulando-o na realização de uma atividade ou execução de uma tarefa, caracteriza-se pela apresentação do processo de modo detalhado mostrando os estágios desse procedimento.

Conclusão

Lembramos que o objetivo desse trabalho foi o de “relatar e discutir o resultado dos dados coletados na primeira fase do estudo – apresentados na redação do Trabalho de Contextualização e Integração Curricular I, “MANUAL DE FISCALIZAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL: Relatório da análise de suas especificidades.” –, para melhor compreender os manuais, tendo em vista que esses farão parte de nosso cotidiano profissional, uma vez que normatizam a fiscalização do engenheiro civil.

Assim, depois da análise, pudemos concluir que, de fato, eles constituem o gênero instrucional, mais especificamente regulador-prescritivo, caracterizado pela diretriz comando-execução em que o enunciador regula ou obriga o enunciatário a realizar alguma ação.

As análises caminharam pelos três eixos que formam um enunciado: constituição composicional, conteúdo e estilo. Então podemos dizer em relação à constituição composicional, que:

- ✓ Os manuais de Rondônia, Rio de Janeiro e Mato Grosso de Sul foram baseados no Federal, dada semelhança em seus itens, tabelas e anexos. Enquanto os da Paraíba e Paraná seguiram uma estruturação própria e que acreditamos melhor se adequar às suas respectivas regiões;
- ✓ Julgamos o manual do Paraná como mais objetivo dentre os estudados, visto trazer um roteiro para cada tipo de obra;
- ✓ O manual do Paraná é o que mais possui tópicos em sua estrutura, já os da Paraíba e o Federal são os que menos possuem;
- ✓ Todos os manuais, exceto o do Mato Grosso do Sul, fazem uso de artifícios como anexos, tabelas, figuras e fluxogramas seja como elementos pré ou pós-textuais. Além de esse manual ser o que dispôs seus tópicos e subtópicos de maneira menos organizada, podendo acabar confundindo o leitor, contrariando a real finalidade de um manual;
- ✓ Em relação ao manual do Mato Grosso do Sul, houve pouca ou nenhuma preocupação em relação a elementos estruturais indispensáveis à facilidade do

enunciatório ao ler um instrumento desse gênero como paginação, sumário, referências, entre outros ou por citar anexos inexistentes.

✓ Em relação ao conteúdo, considerando os campos semânticos adotados no estudo, relacionados à profissão e à fiscalização, todos os manuais possuem termos que se enquadram em ambos os campos, mas que alguns se destacam por apresentarem maior ou menor incidência de termos. Constatamos a partir da riqueza lexical que o manual do Mato Grosso do Sul é o manual que possui maior variabilidade em seu vocabulário, em contrapartida o de Rondônia possui a menor, mesmo que ambos tenham sido baseados no manual Federal, ou seja, mesmo tendo a mesma referência, os manuais possuem suas particularidades. Os instrumentos analisados foram enriquecidos também por elementos pré e pós-textuais: tabelas, fluxogramas, imagens e anexos, na busca de oferecer um melhor esclarecimento das ideias do texto;

✓ Em relação ao estilo, que nos manuais estudados há a predominância de verbos transitivos diretos, geralmente no infinitivo. Além dos verbos, há também o uso de substantivos. Estes confirmam o gênero regulador-prescritivo ao qual os manuais pertencem, dado que têm a função de orientar o leitor, obrigando-o ou regulando-o na realização de uma atividade ou execução de uma tarefa.

Esta análise proporcionou-nos constatar o diálogo entre os 3 elementos, pois o **estilo** compõe o **conteúdo** que, por sua vez, precisa de uma boa **estrutura** para que seu texto seja entendido pelo enunciatório para que esse possa, com consciência e respaldo, proceder, neste caso específico, à fiscalização de uma obra, alcançando o objetivo pelo qual os manuais foram elaborados pelas Câmaras Especializadas de Engenharia Civil: “**orientar** e/ou **padronizar** condutas para fornecer maior segurança na atuação dos agentes fiscalizadores daquele Sistema tornando-a uniforme, eficiente e eficaz. Além de proporcionarem, segundo a visão do Sistema, a proteção da sociedade no que diz respeito à má atuação de profissionais da área e dos que exercem a profissão sem formação universitária”. (p. 6)

Ao final desse trabalho, queremos pontuar a importância de futuros profissionais conhecerem com profundidade os instrumentos que lhes serão guia para seu fazer cotidiano. Essa foi nossa proposta, embora saibamos que muitas outras leituras

poderiam advir desse instrumento, essa nos forneceu importantes subsídios para nossa prática profissional.

Referências

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAZERMAN, C. *Gêneros Textuais*. Charles Bazerman, Carolyn Miller; orgs. Angela Paiva Dionísio, Carolyn Miller, Charles Bazerman, Judith Hoffanagel. Recife: [s.n.], 2011.

BAZERMAN, C. *Gêneros, agência e escrita*. São Paulo: Cortez, 2006.

BORGES, F. G. B. *Os gêneros textuais em cena: uma análise crítica de duas concepções de gêneros textuais e sua aceitabilidade na educação no Brasil*. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Pernambuco, 2012.

CÂMARA JR., J. M. *Contribuição à estilística portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

CREA MS. *Manual de procedimentos para verificação do exercício profissional*. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=MANUAL+DE+PROCEDIMENTOS+PARA+VERIFICA%C3%87%C3%83O+DO+EXERC%C3%8DCIOPROFISSIONAL&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=CwhvVsbXAYWvwATZxpKICg#q=MANUAL+DE+PROCEDIMENTOS+PARA+VERIFICA%C3%87%C3%83O+DO+EXERC%C3%8DCIO+PROFISSIONAL+MS>. Acesso em: 05 out. 2015.

CREA-PB. *Manual Orientativo de fiscalização de obras e serviços de engenharia CGE PB*. Disponível em: <<http://www.cge.pb.gov.br/gea/downloads/arquivos/ManualObras%5Cmanual/MANUAL%20DE%20FISCALIZA%C3%87%C3%83O%20DE%20OBRAS%20v1.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

CREA-PR. *Manual Orientativo de Fiscalização Câmara Especializada de Engenharia Civil*. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=MANUAL+ORIENTATIVO+DE+FISCALIZA%C3%87%C3%83OC%C3%82MARA+ESPECIALIZADA+DE+ENGENHARIA+CIVIL+PARAN%C3%81&ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=bgtvVoHpOchGwATrobxo>. Acesso em: 05 out. 2015.

CREA-RJ. *Manual do exercício profissional – Fiscalização Engenharia Civil*. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwiHkf6U_dvJAhWHfpAKHQhoCM0QFggiMAE&url=http%3A%2F%2Fwww.crea-rj.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2012%2F07%2FManual-Fiscalizacao-Engenharia-Civil.pdf&usq=AFQjCNEMw6AiwvpaF0QzJK0qsV2ewgJweg&sig2=IwqE-V3T-y5wnMIqztBVIA&bvm=bv.109910813,d.Y2I&cad=rja>. Acesso em: 05 out. 2015.

CREA-RO. *Manual de Procedimento da Fiscalização – Engenharia Civil*. Disponível em <<http://www.crearo.org.br/ckfinder/files/MANUAL%20DE%20FISCALIZA%C3%87AO%20CREA%20RO%20ENGENHARIA%20CIVIL.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.
DOLZ, J. ; SCHNEUWLY, B. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

FAZENDA, Ivani (Org.). *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1991. Coleção Educar. v. 13.

FAZENDA, Ivani. *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, A. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 445.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3 ed., Dominique Maingueneau; tradução Freda Indursky; revisão dos originais da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Gloria de Deus Vieira de Moraes. Campinas/SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Angela *et al.* (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

ROSA, A. L. T. No comando, a sequência injuntiva! In: DIONÍSIO, Â. P.; BEZERRA, N. S. *Tecendo textos, construindo experiências*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

SANTOS L.; FABIANI S. *Gêneros instrucionais nos livros didáticos: Análise e perspectivas*. Rio de Janeiro: Revista de Letras, 2012.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. *Alfa*. São Paulo: 2007, n. 51. p. 39-79.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo no verbo do português do Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 1991.

CIVIL ENGINEERING MANUAL: ANALYSIS OF ITS SPECIFICITIES

ABSTRACT

This article presents the analysis of civil engineering supervision manuals, delimited by Brazilian region, to identify their specificities and understand the universe of professionals who work in the supervision and services. This analysis is important because the instructional nature of these manuals showed the scope of civil construction. Bakhtin's (2003) definition of discourse gender, and the methodology of content analysis by Bardin (1977), serve as an anchor for the analysis of the manuals. At the end of the analysis, it was verified that the manuals are, in fact, representative of the secondary genre of discourse and the instructional genre, presenting regular structural organization,

Keywords: *Inspection Manual. Specificity. Civil Engineering.*

ANEXO 1 - CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL – folha 01/06

Tabela 2 - Constituição Composicional do manual federal.

CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL				
LOCALIZAÇÃO	TÍTULO	QUANTIDADE DE TÓPICOS	TÓPICOS	ANEXOS
FEDERAL	Manual de Procedimentos para a verificação e a Fiscalização do exercício e da atividade profissional (Engenharia Civil)	10 (presença de sub-tópicos)	1) Apresentação	1) Glossário de Termos Técnicos e Administrativos
			2) Missão institucional sistema CONFEA	2) Prioridades de Fiscalização - Modalidade Civil
			3) Perfil das modalidades profissionais;	3) Prioridades de Fiscalização - Modalidade Eletricista
			4) A verificação do exercício profissional	4) Prioridades de Fiscalização - Modalidade Mecânica e Metalúrgica
			5) O agente fiscal	5) Prioridades de Fiscalização - Modalidade Química
			6) Instrumentos de fiscalização	6) Prioridades de Fiscalização - Modalidade Geologia e Minas
			7) Estratégias de fiscalização	7) Prioridades de Fiscalização - Modalidade Agrimensura
			8) Infrações e penalidades	8) Prioridades de Fiscalização - Modalidade Arquitetura
			9) Base legal para a verificação do exercício profissional	9) Prioridades de Fiscalização - Modalidade Agronomia
			10) Referência bibliográfica	

FONTE: Dos autores.

ANEXO 1 - CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL – folha 02/06

Tabela 3 - Constituição Composicional do manual de Rondônia.

CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL				
LOCALIZAÇÃO	TÍTULO	QUANTIDADE DE TÓPICOS	TÓPICOS	ANEXOS
RONDÔNIA (REGIÃO NORTE)	Manual de Procedimento da Fiscalização (Engenharia Civil)	21 (presença de sub-tópicos)	1) Apresentação	Não possui.
			2) Missão	
			3) Objetivos da Fiscalização	
			4) O agente fiscal	
			5) Perfil profissional do agente fiscal	
			6) Posturas do agente fiscal	
			7) Atribuições específicas do agente fiscal	
			8) A verificação do exercício profissional	
			9) Conhecimentos básicos necessários ao desempenho de função	
			10) Competência legal	
			11) Instrumentos de fiscalização	
			12) Relatórios de fiscalização	
			13) Auto de infração	
			14) Termo de visita	
			15) Estratégias de fiscalização	
			16) Planejamento de fiscalização	
			17) Perfil das modalidades vinculadas ao Sistema Confea/Crea (1 sub-tópico)	
			18) Infrações e penalidades	
			19) Atividades de engenharia civil a serem fiscalizadas (64 sub-tópicos)	
			20) Glossário de termos técnicos e administrativos	
			21) Infrações e capitulações	

FONTE: Dos autores.

ANEXO 1 - CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL – folha 03/06

Tabela 4 - Constituição Composicional do manual da Paraíba.

CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL				
LOCALIZAÇÃO	TÍTULO	QUANTIDADE DE TÓPICOS	TÓPICOS	ANEXOS
PARAÍBA	MANUAL ORIENTATIVO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (Engenharia Civil)	10	1) Apresentação	1) Macro processo
			2) Definições	2) Análise prévia do PB
			3) Responsabilidades da fiscalização	3) Procedimentos Preliminares
			4) Macro Processo da Fiscalização	4) Planejamento
			5) Análise prévia do projeto básico	5) Procedimentos padrões
			6) Procedimentos Preliminares	6) Medições
			7) Planejamento da fiscalização	7) Relatório Gerencial
			8) Procedimentos Padrões	8) Recebimento Provisório
			9) Implantação do Manual	9) Recebimento Definitivo
			10) Fluxograma	10) Procedimentos Finais

FONTE: Dos autores.

Tabela 5 - Constituição Composicional do manual do Mato Grosso do Sul.

CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL				
LOCALIZAÇÃO	TÍTULO	QUANTIDADE DE TÓPICOS	TÓPICOS	ANEXOS
MATO GROSSO DO SUL (REGIÃO CENTRO-OESTE)	MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA VERIFICAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (Engenharia Civil)	18	1) Perfil das modalidades do sistema CONFEA	Não possui
			2) Verificação do exercício profissional	
			3) O agente fiscal	
			4) Perfil do agente fiscal	
			5) Postura do agente fiscal	
			6) Competência legal	
			7) Atribuições específicas do agente fiscal	
			8) Instrumentos de fiscalização	
			9) Relatório de fiscalização	
			10) Notificação	
			11) Auto de infração	
			12) Estratégias de fiscalização	
			13) Infrações e penalidades	
			14) Leis	
			15) Decreto-lei	
			16) Decreto	
			17) Resolução	
			18) Descrição Normativa	

FONTE: Dos autores.

ANEXO 1 - CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL – folha 04/06

Tabela 6 - Constituição Composicional do manual do Rio de Janeiro.

CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL				
LOCALIZAÇÃO	TÍTULO	QUANTIDADE DE TÓPICOS	TÓPICOS	ANEXOS
RIO DE JANEIRO (REGIÃO SUDESTE)	Manual do Exercício Profissional - Fiscalização (Engenharia Civil)	12	Prefácio	1) Tabela 1: INTER-RELAÇÃO ENTRE SERVIÇOS DE ENGENHARIA X PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO
			Apresentação	2) PESQUISA DE FREQUÊNCIA DE EVENTOS (REUNIÃO ORDINÁRIA - R.O 10/2009 DE 10/2009
			1) Missão Institucional do Sistema Confea/Crea	3) PESQUISA DE FREQUÊNCIA DE EVENTOS (REUNIÃO ORDINÁRIA - R.O 09/2009 DE 16/09/2009
			2) Competência da Câmara	
			3) Procedimentos Gerais e Administrativos	
			4) Procedimentos no Canteiro de Obras	
			5) Funcionamento do Sistema de Normatização de Fiscalização	
			6) Perfil das Categorias e Modalidades Vinculadas ao Sistema Confea/Crea	
			7) Observações Finais	
			8) Legislação	
9) Glossário				
10) Anexos				

FONTE: Dos autores.

ANEXO 1 - CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL – folha 05/06

Tabela 7 - Constituição Composicional do manual do Paraná.

CONSTITUIÇÃO COMPOSICIONAL				
LOCALIZAÇÃO	TÍTULO	QUANTIDADE DE TÓPICOS	TÓPICOS	ANEXOS
PARANÁ (REGIÃO SUL)	MANUAL ORIENTATIVO DE FISCALIZAÇÃO CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL MODALIDADE CIVIL	49 (Tipos de obras)	1) Acessibilidade	Não possui.
			2) Aerofotogrametria	
			3) Aproveitamento, Desenvolvimento e Preservação de Recursos Naturais	
			4) Avaliações de Imóveis	
			5) Barragem	
			6) Condomínios Residenciais	
			7) Conjuntos Habitacionais	
			8) Delimitação e Caracterização de Sub-Regiões	
			9) Edificações em Geral	
			10) Edificações para Terminal de Passageiros	
			11) Estandes	
			12) Estrutura Metálica	
			13) Estruturas de Madeira	
			14) Estudo de Viabilidade	
			15) Fiscalização	
			16) Fundações	
			17) Galpão-Barracão	
			18) Gás	
			19) Habitação Coletiva (Prédios)	
			20) Impermeabilização	
			21) Interpretação Hidrológica de Bacias Fluviais	
			22) Laje	
			23) Levantamento Topográfico, Subdivisão, Unificação	
			24) Levantamentos Batimétricos	
			25) Levantamentos Geodésicos	
			26) Loteamentos	
			27) Muros	
			28) Obras de Arte Corrente	
			29) Obras de Arte Especiais (Pontes-Viadutos-Passarelas)	
			30) Obras de Drenagem (Edificações)	
			31) Obras de Drenagem Urbana	
			32) Obras de Movimentação de Terra	
			33) Obras de Pavimentação	
			34) Orçamentos	
			35) Painéis Publicitários	
			36) Portos	
			37) Pré-Fabricados de Concreto	
			38) Prevenção de Incêndios	
			39) Redes de Saneamento	
			40) Reformas	
			41) Reservatórios, Cisternas	

	42) Rodovias
	43) Serviços de Concretagem
	44) Serviços de Urbanização
	45) Silos Metálicos
	46) Sinalização Viária Horizontal e Vertical
	47) Sondagens
	48) Tratamento de Efluentes
	49) Urbanismo

FONTE: Dos autores.

POSGERE, v. 1, n. 1, mar.2017

ANEXO 2 - CAMPOS SEMÂNTICOS 01/03

Tabela 8 - Campos semânticos referentes ao manual federal.

	CAMPO SEMÂNTICO	
	Referente à profissão	Referente à fiscalização
FEDERAL	atividade (s)	CREA
	CREA	Registro
	profissional (is)	Constar
	empresa	procedimento (s)
	serviço (s)	Elaborar
	manutenção	verificação
	projeto	ART
	procedimentos	fiscalizar
	engenharia	área
	ART	
	área	
	exercício	

FONTE: Dos autores.

Tabela 9 - Campos semânticos referentes ao manual de Rondônia.

	CAMPO SEMÂNTICO	
	Referente à profissão	Referente à fiscalização
RONDÔNIA	serviço (s)	verificar
	profissional (s)	ART
	empresa	obra
	ART	CREA
	obra	lei
	CREA	registro
	lei	técnico
	registro	
	atividade (s)	
	engenharia	
	técnico	
	execução	

FONTE: Dos autores.

ANEXO 2 - CAMPOS SEMÂNTICOS – folha 02/03

Tabela 10 - Campos semânticos referentes ao manual do Mato Grosso do Sul.

	CAMPO SEMÂNTICO	
	Referente à profissão	Referente à fiscalização
MATO GROSSO DO SUL	CREA	CREA
	infração	agente
	obra	infração
	engenharia	obra
	Confea	Confea
	profissionais	fiscal
	serviço	responsável
	engenheiros	legislação
	responsável	informações
	atividades	
	legislação	
	informações	

FONTE: Dos autores.

Tabela 11 - Campos semânticos referentes ao manual do Rio de Janeiro.

	CAMPO SEMÂNTICO	
	Referente à profissão	Referente à fiscalização
RIO DE JANEIRO	CREA	CREA
	engenharia	obra
	civil	Confea
	atividade (s)	PFO
	profissional (s)	
	obra	
	exercício	
	serviço (s)	
	Confea	
	execução	

FONTE: Dos autores.

ANEXO 2 - CAMPOS SEMÂNTICOS – folha 03/03

Tabela 12 - Campos semânticos referentes ao manual do Paraná.

CAMPO SEMÂNTICO	
Referente à profissão	Referente à fiscalização
CREA	CREA
engenharia	obra
civil	Confea
atividades	PFO
profissional (s)	
obra	
exercício	
Confea	
execução	

FONTE: Dos autores.

Tabela 13 - Campos semânticos referentes ao manual do Paraíba.

CAMPO SEMÂNTICO	
Referente à profissão	Referente à fiscalização
atividades	empresas
empresas	profissionais
profissionais	CREA
CREA	registro
registro	lei
serviços	exercício
lei	fiscalização
projeto	procedimentos
exercício	
fiscalização	
engenharia	

FONTE: Dos autores.

ANEXO 3 – RIQUEZA LEXICAL

14 - Tabela da riqueza lexical.

REPRESENTANTE	RIQUEZA LEXICAL
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO PIAUÍ (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO PIAUÍ)	0.11374010515976195
RONDÔNIA	0.10297140721360494
RIO DE JANEIRO	0.20822366080956106
MATO GROSSO DO SUL	0.32848349188584228
PARANÁ	0.21494596131968147
PARAÍBA	0.16571537290715374

FONTE: Dos autores.

POSGERE, v. 1, n. 1, mar.2017